

## Ouvidoria da Mulher do CNJ já recebeu 3 mil contatos em cinco meses

A criação de Ouvidorias da Mulher nos tribunais como forma de assegurar o recebimento de manifestações e denúncias relativas a casos de violência foi defendida pela ouvidora nacional da Mulher do Conselho Nacional de Justiça, desembargadora Tânia Regina Reckziegel. Desde que foi criada, há quase seis meses, a unidade do CNJ já recebeu aproximadamente três mil pedidos de esclarecimento, denúncias e reclamações.

Gil Ferreira/CNJ



CNJ Ouvidoria da Mulher do CNJ já recebeu cerca de três mil contatos em quase seis meses

Tânia Reckziegel participou do Encontro Nacional de Juízes Militares, promovido pelo Instituto Brasileiro de Direito Militar (IBDM). Ela apresentou palestra sobre a importância da abertura de canais de comunicação entre a sociedade e a Justiça para permitir que as pessoas, principalmente as mulheres, consigam acessar instrumentos públicos de proteção.

Os números de casos de violência contra a mulher no país são suficientes para reforçar a importância dessa medida. Somente no ano passado, quase dois mil casos de feminicídio e de tentativa de assassinato de mulheres foram levados à julgamento.

"O maior acionamento do 190 da Polícia Militar diz respeito a ações de violência contra a mulher. Somente em uma única vara do Tribunal de Justiça da Bahia tramitam 15 mil processos de violência. Quando cheguei na Ouvidoria do CNJ, encontrei um grande número de questões relativas a esses casos. Infelizmente, a violência de gênero é uma das formas mais comuns e dramáticas que mobilizam os trabalhos da polícia e da Justiça", afirmou a ouvidora, que também é desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (RS).

Ela salientou que a criação das Ouvidorias da Mulher no âmbito dos tribunais de todo o país garante maior acesso à Justiça e fortalece o Estado democrático de Direito. "Elas são o elo da sociedade com o Judiciário. Um canal importante e de fácil acesso para os cidadãos acionarem e solicitarem algo no Judiciário. A Ouvidoria faz um papel integrador, inclusive por meio da Justiça Itinerante, de levar a Justiça à população desse país de proporções continentais que têm muita dificuldade para chegar até o Judiciário".

O presidente do IBDM, Josemar Pereira Pinto, reforçou a importância da criação das ouvidorias nas unidades de Justiça. "O nosso Brasil tem uma dimensão grandiosa e esse órgão estará somando para que a Justiça esteja presente, dando azo ao povo brasileiro, principalmente a mulher, e contribuindo para uma justiça mais humana e igualitária, através da informação, sugestão e a própria denúncia do que está acontecendo".

Para a juíza do Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul Viviane de Freitas Pereira, a Ouvidoria assegura o exercício da cidadania feminina. "Ela permite o diálogo direto com os responsáveis pela apuração de eventuais condutas ilícitas em que as mulheres sejam afetadas ou vítimas. Entendo que é uma forma de ser escutada sem constrangimentos ou medos, de não ser silenciada e de ser encorajada a denunciar. Um espaço de acolhimento".

### **Proteção**

A Ouvidoria Nacional da Mulher foi instalada no dia 8 de março deste ano, Dia Internacional da Mulher, para ser um espaço para receber denúncias, reclamações relativas a casos de violência e pedidos de orientação. O canal pode ser acionado por e-mail, telefone, WhatsApp, cartas e presencialmente.

Segundo a desembargadora Tânia Reckziegel, a unidade sempre dá retorno a todos os contatos. "Respondemos um por um. Inclusive demandas de processos de outros estados. Entramos em contato com os tribunais, recebemos as respostas e damos o retorno devido ao cidadão ou cidadã que nos buscou". Ela reforça que o espaço é seguro para as mulheres e de total confiança. "Nós acolhemos e encaminhamos. É um espaço de escuta e resposta seguras".

A ouvidora da Mulher do CNJ tem percorrido os tribunais de todo o país para divulgar e ajudar a abrir esses canais. Ela esteve na implantação da Ouvidoria da Mulher no Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão. Na terça-feira (2/8), foi a vez do Tribunal Regional do Pará. No próximo dia 26, será inaugurada a Ouvidoria da Mulher do Tribunal de Justiça de Goiás; em 5 de outubro, a do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região (MT); e, em 10 de novembro, a do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul.

### **Aumento histórico**

A Ouvidoria do CNJ recebe, por mês, três mil acionamentos. Desde 2018, as demandas por meio da Ouvidoria cresceram quase 40%, passando de 21,4 mil atendimentos para 30,6 mil pedidos no ano passado. São requerimentos, perguntas, elogios e críticas, sendo quase 65% das demandas relativas a morosidade processual. *Com informações da assessoria de imprensa do CNJ.*

### **Date Created**

14/08/2022

---